



PARECER/2019-PROGEM.

REQUISITANTE: FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ - FCCM

REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13.923/2019/PMM – PREGÃO Nº 008/2019/CEL/FCCM (FORMA PRESENCIAL).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ – FCCM E PARA OS ALUNOS DA ESCOLA DE MÚSICA, QUE SERÃO UTILIZADOS NO DESFILE DO MUNICÍPIO 07 DE SETEMBRO

Cuida-se de análise do Processo Licitatório nº 13.923/2019/PMM – PREGÃO Nº 008/2019/CEL/FCCM (FORMA PRESENCIAL), cujo objeto consiste No Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de uniformes para os servidores da Fundação Casa da Cultura de Marabá – FCCM e para os alunos da Escola de Música, que serão utilizados no desfile do Município 07 de Setembro.

Acompanhou o feito o Ofício nº 48/2019/CEL/FCCM; Memorando nº 268/2019 – Convênios/FCCM; Autorização; Declaração de adequação Orçamentária; Extrato da dotação orçamentária; Termo de Compromisso e Responsabilidade; Justificativa-Consonância com Planejamento Estratégico; Justificativa para CONTRATAÇÃO; Justificativa-Adoção da Modalidade Pregão Presencial; Termo de Referência; Portaria nº 225/2017-GP; estatuto e Leis da FCCM; Lei nº 17.767, de março de 2017; Lei Municipal nº 17.761, de 20 de janeiro de 2017; Planilha de quantidades e preço médio com justificativa; Relatório de Solicitação de Despesa nº 20190614005; Parecer Orçamentário 0407/2019/SEPLAN; Relatório de Comprovante de Encaminhamento; Portaria nº 114/2018-FCCM; Minuta do edital, contrato e anexos.

É o relatório. Passo ao parecer.



A aquisição foi autorizada pela Senhora Presidente da Fundação Casa da Cultura de Marabá, em decorrência da autonomia administrativa e financeira conferida pela Lei Municipal nº 17.761, de 20 de janeiro de 2017 e Lei nº 17.767, de março de 2017, ambas já anexas ao feito.

A administração indica que os recursos necessários para custear a despesa são originários de RECURSO PRÓPRIO. A rubrica e o elemento de despesa se encontram no Parecer Orçamentário nº 0407/2019/SEPLAN (pag.88).

O artigo 37, XXI, da *Constituição Federal*, estabelece como regra, a realização de processo licitatório prévio para a contratação de particulares pela Administração Pública, matéria disciplinada pela Lei nº 8.666/93.

A modalidade de Licitação denominada "Pregão" está devidamente disciplinada na Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo § 1º, inciso III, do art. 14 do Decreto Municipal de nº 05/2017, com a redação dada pelo Decreto Municipal nº 11/2017, ao que o presente processo está perfeitamente adequado. Inclusive quanto à forma Registro de Preços, que está adequada à modalidade Pregão e se encontra regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto nº 44/2018.

A minuta do edital e anexos descrevem o objeto, a forma de abertura do procedimento e o critério de julgamento (MENOR PREÇO POR LOTE); as condições de participação na licitação; o momento cabível para a impugnação e pedidos de esclarecimentos por parte dos licitantes; a apresentação da proposta; os documentos necessários à habilitação (jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica); o recebimento das propostas e apresentações de lances e julgamento; descreve os recursos, os prazos, as condições, local de execução dos serviços; a origem dos recursos; vigência nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93; e as penalidades cabíveis; tudo conforme enumerado no art. 40 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

A minuta do contrato elenca o objeto; prazo e a vigência; a origem dos recursos; fiscalização do objeto contratado; preço e o pagamento; os direitos e responsabilidades das partes; as obrigações sociais, comerciais e fiscais; as causas de rescisão e a eleição do foro; as sanções aplicáveis; a vinculação ao edital, tudo em conformidade com art. 55 da Lei de Licitações.

Assim, cumpridas todas as exigências legais da fase interna, inicia-se a fase externa do certame, com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso no Diário Oficial do Estado, Portal do TCM, Portal da Transparência, Diário Oficial dos Municípios (FAMEP), bem como no

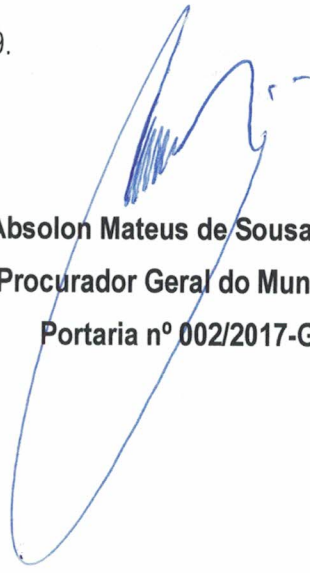


quadro de avisos da SEMAD, com indicação do local, dia e hora para a obtenção da íntegra do respectivo edital.

Ante o exposto, **sendo feitas as correções recomendadas, OPINO** de forma **FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Processo Licitatório nº 13.923/2019/PMM – PREGÃO Nº 008/2019/CEL/FCCM (FORMA PRESENCIAL), cujo objeto consiste No Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de uniformes para os servidores da Fundação Casa da Cultura de Marabá – FCCM e para os alunos da Escola de Música, que serão utilizados no desfile do Município 07 de Setembro.

É o parecer.

Marabá, 09 de julho de 2019.



Absolon Mateus de Sousa Santos
Procurador Geral do Município
Portaria nº 002/2017-GP